



**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE GEÓLOGOS**

PROPOSTA DE ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE GEÓLOGOS

**CAPÍTULO I**

Disposições gerais

**Artigo 1.º**

Denominação, natureza e sede

1 – A APG – Associação Portuguesa de Geólogos, adiante designada por Associação ou APG, é a associação de direito público representativa dos detentores de formação académica e profissional necessárias ao exercício da profissão de Geólogo.

2 – A Associação tem sede em Lisboa, podendo criar secções nos distritos do continente e regiões autónomas quando o número de membros o justificar.

**Artigo 2.º**

Atribuições

São atribuições da Associação:

- a) Zelar pela função social, dignidade e prestígio da profissão de Geólogo, promovendo a valorização profissional e científica dos seus membros e a defesa e o respeito pelos respectivos princípios deontológicos, defendendo igualmente os direitos e interesses legítimos dos seus membros;
- b) Representar os seus membros junto de quaisquer entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;
- c) Conceder a cédula profissional de Geólogo e efectuar o registo nacional dos Geólogos;
- d) Fazer respeitar o código deontológico e exercer jurisdição disciplinar sobre todos os Geólogos que exerçam a profissão no território nacional;
- e) Propor ao Governo a elaboração de regulamentação sobre a respectiva actividade profissional;
- f) Colaborar com escolas, institutos politécnicos, faculdades e outras instituições de ensino, em iniciativas que visem a formação dos Geólogos e emitir parecer, sempre que solicitado, sobre os respectivos planos de curso;
- g) Promover a actualização e desenvolvimento técnico e científico dos seus membros;
- h) Contribuir para a defesa e promoção da Geologia, sendo ouvida sobre os projectos de diplomas legislativos que interessem à prossecução dos seus fins;
- i) Promover o intercâmbio de ideias e experiências entre os membros e com organismos congéneres estrangeiros, bem como acções de coordenação interdisciplinar;
- j) Promover, patrocinar e apoiar a edição de publicações em qualquer suporte que contribuam para um melhor esclarecimento público sobre as implicações e a relevância da Geologia;
- k) Intervir publicamente em assuntos e acontecimentos de ordem nacional ou internacional que digam respeito aos Geólogos e à Geologia;
- l) Fixar e actualizar uma tabela de honorários de referência, relativa ao exercício profissional de Geólogos em regime de profissão liberal.

**Artigo 3.º**

Representação

A Associação é representada, em juízo e fora dele, pelo presidente ou pelo vice-presidente do Conselho Directivo ou outro membro efectivo com delegação de competências dada pelo presidente.

## **CAPITULO II**

Membros

### **Artigo 4.º**

Tipos

A Associação integra os seguintes tipos de membros:

- a) Efectivos;
- b) Estudantes;
- c) Colectivos;
- d) Honorários;
- e) Apoiantes.

### **Artigo 5.º**

Membros efectivos

1 – Podem ser membros efectivos os portugueses ou estrangeiros que possuam formação académica de nível superior com um mínimo de 110 ECTS ou 50 UC na área científica da Geologia, atribuída em qualquer instituição de ensino superior portuguesa ou estrangeira, reconhecida oficialmente em Portugal.

2 – Podem ser membros efectivos com o título profissional de “Geólogo” quem possuir cumulativamente os seguintes requisitos:

- a) Formação académica de nível superior num mínimo de 180 ECTS ou 100 UC na área científica da Geologia, atribuída em qualquer instituição de ensino superior portuguesa ou estrangeira, reconhecida oficialmente em Portugal;
- b) Experiência profissionalizante no domínio da Geologia, com duração não inferior a um ano.

3 – Podem também ser admitidos como membros efectivos os portugueses ou estrangeiros que, pela lei portuguesa, pela lei comunitária ou convenção internacional, detenham habilitações consideradas equivalentes às do número anterior.

4 – A Associação é a autoridade competente para a verificação da observância dos requisitos anteriores.

### **Artigo 6.º**

Membros estudantes

Podem ser membros estudantes os portugueses ou estrangeiros que se encontrem a obter formação numa instituição portuguesa de ensino superior e que tenham frequentado ou se encontrem a frequentar unidades curriculares que totalizem um mínimo de 20 ECTS na área científica da Geologia.

### **Artigo 7.º**

Membros colectivos

Podem inscrever-se como membros colectivos as pessoas colectivas que estabeleçam com a Associação acordo escrito e que desenvolvam actividades relevantes no domínio da Geologia.

### **Artigo 8.º**

Membros honorários

Pode ser atribuída a qualidade de membro honorário às pessoas singulares ou colectivas, nacionais ou estrangeiras que, tendo exercido actividade de reconhecido interesse público e contribuído de modo relevante para o desenvolvimento da Geologia ou para a dignificação e prestígio da profissão de Geólogo, sejam consideradas merecedoras de tal distinção.

**Artigo 9.º**

## Membros apoiantes

Pode ser atribuída a qualidade de membro apoiante às pessoas singulares, nacionais ou estrangeiras, que o solicitem mediante pedido por escrito devidamente justificado.

**Artigo 10.º**

## Inscrição

1 – A inscrição como membro é feita mediante a candidatura instruída com a documentação comprovativa dos requisitos necessários.

2 – Cabe recurso para a Assembleia Geral das decisões do Conselho Directivo que recusem a inscrição como membro efectivo.

3 – A nomeação de membros honorários é sujeita a aprovação da Assembleia de Representantes, mediante proposta fundamentada do Conselho Directivo.

4 – Os membros estudantes que venham a obter as qualificações necessárias à sua inscrição como membros efectivos devem requerer a mudança de categoria ao Conselho Directivo, produzindo prova dessas qualificações.

**Artigo 11.º**

## Perda da condição de membro

1 – Ocorre perda da condição de membro:

- a) Por solicitação do próprio ao Conselho Directivo;
- b) Por não pagamento das suas quotas ao fim de dois anos consecutivos;
- c) Por decisão da Assembleia Geral a partir de proposta justificada do Conselho Directivo;
- d) Por incumprimento das obrigações estabelecidas nos presentes Estatutos;
- e) Por falecimento.

**Artigo 12.º**

## Direitos dos membros

1 – Constituem direitos dos membros efectivos:

- a) Exercer a profissão de Geólogo, devidamente habilitado com a cédula profissional de Geólogo, em qualquer região do território nacional;
- b) Solicitar à Associação a cédula profissional ou outros documentos comprovativos da sua habilitação para o exercício da profissão de geólogo;
- c) Solicitar a intervenção da Associação na defesa dos seus direitos e interesses profissionais;
- d) Eleger os órgãos da Associação nos termos do disposto no artigo 19.º;
- e) Ser eleito para os órgãos da Associação nos termos do artigo 19.º;
- f) Reclamar e recorrer das deliberações e decisões dos órgãos da Associação.

2 – Constituem direitos de todos os membros:

- a) Beneficiar de todos os serviços e regalias prestados pela Associação e ser informados da actividade desenvolvida pela mesma;
- b) Participar nas actividades da Associação.

### **CAPITULO III**

#### Deontologia profissional do Geólogo

#### **Artigo 13.º**

##### Princípios gerais

- 1 – O Geólogo deve respeitar a Natureza e deve estar empenhado no desenvolvimento sustentável e bem-estar da sociedade, nomeadamente no referente à influência da sua actividade profissional na qualidade de vida, ambiente e segurança.
- 2 – O privilégio de exercer a profissão de Geólogo requer um elevado padrão de integridade, consciência profissional e responsabilidade moral.
- 3 – No desempenho da sua actividade profissional o Geólogo deve agir sempre com boa fé, responsabilidade, dedicação e espírito de cooperação, demonstrando interesse pelos assuntos relacionados com a profissão.
- 4 – O Geólogo só deverá assinar pareceres, projectos ou outros trabalhos profissionais de que seja autor ou colaborador.
- 5 – O Geólogo não deve nunca renunciar à sua liberdade e independência profissional nem deixar que a sua actividade seja norteadada por pontos de vista ou objectivos alheios à sua profissão e deve, no exercício desta, apoiar-se constantemente nos seus conhecimentos científicos, na deontologia e no respeito dos direitos colectivos e individuais.
- 6 – O Geólogo está sujeito a deveres e obrigações para com a sociedade, a Associação, a entidade empregadora e os utentes dos seus serviços, e para com os outros geólogos.

#### **Artigo 14.º**

##### Deveres do Geólogo para com a sociedade

Constituem deveres do Geólogo para com a sociedade:

- a) Manter os seus conhecimentos científicos e técnicos actualizados, acompanhando o constante desenvolvimento da Geologia;
- b) Exercer toda a actividade profissional com o máximo sentido de responsabilidade, contribuindo assim para o progresso profissional do Geólogo e para a afirmação da importância da Geologia num quadro de desenvolvimento sustentável;
- c) Promover uma correcta avaliação e utilização dos recursos naturais, num equilíbrio com a defesa do ambiente;
- d) Intervir activamente nos sectores sociais para os quais é directamente pertinente a sua actividade profissional;
- e) Abster-se de prestar declarações sensacionalistas, exageradas ou injustificadas, que possam induzir em erro a opinião pública ou estimular iniciativas negativas;
- f) Ser prudente e exacto na transmissão de resultados e pareceres técnicos, assegurando previamente um conhecimento suficiente sobre o assunto alvo do seu trabalho, relatório ou parecer;
- g) Não permitir a divulgação ou publicação de relatórios, documentos ou mapas relativos a iniciativas duvidosas ou ilegais.

#### **Artigo 15.º**

##### Deveres do Geólogo para com a entidade empregadora e para com o cliente

São deveres do Geólogo para com a entidade empregadora e para com o cliente:

- a) Contribuir para a realização dos objectivos económico-sociais das organizações em que se integre, promovendo o aumento da produtividade, a melhoria da qualidade dos produtos e das condições de trabalho;
- b) Prestar os seus serviços com diligência e pontualidade, de modo a não prejudicar o cliente nem terceiros, nunca abandonando, sem justificação, os trabalhos que

- lhe forem confiados ou os cargos que desempenhar;
- c) Guardar e fazer guardar o segredo profissional;
  - d) Sanear situações de incompatibilidade entre a entidade empregadora ou o cliente e os deveres e princípios deontológicos, defendendo a dignidade profissional;
  - e) Fixar uma remuneração adequada ao serviço prestado, tomando como referência a tabela de honorários proposta pela Associação;
  - f) O Geólogo tem o dever de informar o seu cliente das possíveis limitações dos resultados práticos obtidos no seu desempenho profissional, especialmente se daí decorrerem custos acrescidos para o cliente;
  - g) O Geólogo deve advertir para a necessidade de envolver outros especialistas sempre que o interesse do seu empregador ou cliente seja melhor satisfeito;
  - h) Sempre que, após a emissão de um parecer técnico-profissional, verifique que as soluções técnicas tomadas não consideraram o conteúdo do mesmo, incorrendo em riscos, o Geólogo tem o dever de informar destes factos as entidades relevantes.

### **Artigo 16.º**

Deveres do Geólogo para com a Associação

São deveres do Geólogo para com a Associação:

- a) Contribuir pelas formas ao seu alcance para o prestígio da Associação e para a dignidade, independência e boa reputação da profissão de geólogo.
- b) Cumprir e fazer cumprir as regras consignadas no presente Estatuto e em quaisquer outros regulamentos da Associação;
- c) Respeitar os órgãos da Associação e cumprir as decisões e deliberações dos mesmos;
- d) Desempenhar com dedicação os cargos da Associação para que seja eleito ou designado, colaborando activamente no desempenho das suas atribuições;
- e) Participar sempre que possível nas assembleias gerais e nas diversas iniciativas da Associação;
- f) Pagar regularmente as quotas e outros valores devidos à Associação;
- g) Comunicar à Associação, no prazo de 60 dias, as alterações de domicílio ou qualquer outra alteração relevante relacionada com sua vida profissional.

### **Artigo 17.º**

Deveres recíprocos dos Geólogos

São deveres recíprocos dos Geólogos:

- a) Evitar qualquer concorrência desleal, com prejuízo de colegas, não aceitando substituir um colega na execução de um trabalho sem o informar previamente, e não se apropriando indevidamente de dados ou resultados da actividade alheia;
- b) Prestar aos colegas, desde que solicitada, toda a colaboração possível, fomentando e mantendo relações de cordialidade entre Geólogos;
- c) Lidar com os conflitos profissionais de modo leal e correcto, respeitando a reputação de cada Geólogo;
- d) Zelar pela justa remuneração dos Geólogos da equipa em que colaboram;
- e) Promover a actualização científica e técnica, própria e dos colegas.

## **CAPITULO IV**

Órgãos

### **Artigo 18.º**

Órgãos

- 1 – São órgãos da Associação:
  - a) A Assembleia Geral;
  - b) A Assembleia de Representantes;
  - c) O Conselho Directivo;
  - d) O Conselho Fiscal;
  - e) O Conselho Profissional e Deontológico.
- 2 – Os mandatos dos membros dos órgãos da Associação têm a duração de três anos;
- 3 – É permitida a reeleição, mas o cargo não pode ser desempenhado, consecutivamente, por mais de três mandatos;
- 4 – Pelo exercício dos mandatos não cabe qualquer remuneração.

### **Artigo 19.º**

Eleições para os órgãos

- 1 – Só podem ser eleitos para órgãos da Associação os membros efectivos, com inscrição em vigor e sem punição de carácter disciplinar.
- 2 – A eleição para os órgãos da Associação depende da apresentação de candidaturas à Mesa da Assembleia Geral, formalizadas em listas para todos os órgãos com indicação do cargo a atribuir a cada candidato.
- 3 – As listas devem incluir dois suplentes para cada um dos órgãos.
- 4 – As listas devem ser apresentadas à Mesa da Assembleia Geral até 30 de Novembro do ano imediatamente anterior ao início do triénio subsequente.
- 5 – As listas devem ser acompanhadas de um programa de acção previsto para o respectivo triénio.
- 6 – A Mesa da Assembleia Geral deverá promover a realização das eleições até ao final do mês de Março do primeiro ano do triénio a que dizem respeito.
- 7 – Têm direito de voto nas eleições para os órgãos da Associação os membros efectivos e honorários, com inscrição em vigor e no pleno exercício dos seus direitos.
- 8 – O voto é secreto podendo ser exercido pessoalmente ou por correspondência, desde que seja salvaguardado o sigilo do voto e garantida a identificação do votante.

### **Artigo 20.º**

Assembleia Geral

- 1 – A Assembleia Geral é composta pela totalidade dos membros no pleno gozo dos seus direitos embora só os membros efectivos tenham direito a voto.
- 2 – A Assembleia Geral reúne ordinariamente uma vez por ano e extraordinariamente sempre que convocada, nos termos do n.º 5 deste artigo.
- 3 – A Mesa da Assembleia Geral é formada por um presidente, um vice-presidente e dois secretários.
- 4 – Compete à Mesa da Assembleia Geral convocar as reuniões da Assembleia Geral, dirigir e orientar os seus trabalhos e dar posse aos eleitos para os órgãos da Associação.
- 5 – A Assembleia Geral reúne extraordinariamente, mediante convocação do respectivo presidente, sempre que o Conselho Directivo ou, pelo menos, um quarto dos membros efectivos o requeiram.
- 6 – Compete à Assembleia Geral:
  - a) Deliberar sobre propostas de alteração ao Estatuto;
  - b) Eleger e destituir os restantes órgãos da Associação;
  - c) Deliberar, até 31 de Março, sobre o relatório e contas do Conselho Directivo

- relativo ao ano civil transacto, tendo em conta o parecer do Conselho Fiscal;
- d) Deliberar, até 31 de Março de cada ano, sobre o plano de actividades e orçamento propostos pelo Conselho Directivo para o ano em curso.
- 7 – O voto na Assembleia Geral é secreto podendo ser exercido pessoalmente ou por correspondência, desde que seja salvaguardado o sigilo do voto e garantida a identificação do votante.
- 8 – A deliberação sobre propostas de alteração ao Estatuto exige a votação de uma maioria simples de membros efectivos com a quotização do respectivo ano devidamente regularizada.
- 9 – A Assembleia Geral é convocada com uma antecedência mínima de quinze dias e funcionará com a maioria absoluta dos membros efectivos, na data e hora constantes na convocatória, ou trinta minutos depois com qualquer número de membros efectivos.

### **Artigo 21.º**

#### Assembleia de Representantes

- 1 – A Assembleia de Representantes é constituída por todos os membros dos Conselhos Directivo, Fiscal e Profissional e Deontológico e pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral.
- 2 – A Assembleia de Representantes é presidida pelo Presidente do Conselho Directivo que designa um dos restantes membros para o secretariar.
- 3 – Compete à Assembleia de Representantes:
- a) Deliberar sobre os assuntos que os órgãos representados decidam submeter-lhe;
  - b) Apreciar o plano de actividades e orçamento anual, a submeter à Assembleia Geral;
  - c) Apreciar propostas de alteração de Estatutos e Regulamentos, a submeter à Assembleia Geral;
  - d) Fixar as jóias e quotas a cobrar.
- 4 – A Assembleia de Representantes é convocada pelo seu Presidente e reúne ordinariamente uma vez por ano e extraordinariamente sempre que convocada pelo Presidente.

### **Artigo 22.º**

#### Conselho Directivo

- 1 – O Conselho Directivo é constituído por cinco membros: o Presidente, o Vice-Presidente, o Tesoureiro, o Secretário Executivo e um Vogal.
- 2 – São competências do Conselho Directivo:
- a) Dirigir e administrar a Associação;
  - b) Promover a realização do plano de actividades aprovado pela Assembleia Geral;
  - c) Aprovar a inscrição de novos membros;
  - d) Emitir a cédula profissional de Geólogo;
  - e) Propor à Assembleia de Representantes a nomeação de membros honorários;
  - f) Apresentar anualmente à Assembleia Geral o relatório e o plano de actividades;
  - g) Apresentar anualmente ao Conselho Fiscal as contas do exercício;
  - h) Fixar e actualizar a tabela de honorários de referência de Geólogos em regime de profissão liberal
- 3 – O Conselho Directivo é convocado pelo seu Presidente e reúne ordinariamente trimestralmente e extraordinariamente sempre que convocado pelo seu Presidente.
- 4 – Poderão assistir às reuniões do Conselho de Directivo, na qualidade de observadores sem direito a voto, as pessoas que o mesmo entenda convenientes.



**Artigo 23.º**  
Conselho Fiscal

- 1 – O Conselho Fiscal é constituído por três membros: o Presidente, o Vice-Presidente e um Vogal.
- 2 – São competências do Conselho Fiscal:
  - a) Examinar a escrita e contabilidade da Associação;
  - b) Emitir parecer sobre relatório, contas e orçamentos anuais emitidos pelo Conselho Directivo;
  - c) Apresentar propostas que entender adequadas para melhoria da situação financeira e patrimonial da Associação.
- 3 – Salvo convocatória em contrário pelo Presidente, o Conselho Fiscal reúne uma vez por ano.

**Artigo 24.º**  
Conselho Profissional e Deontológico

- 1 – O Conselho Profissional e Deontológico é constituído por cinco membros: o Presidente, o Vice-Presidente, o Secretário e dois Vogais.
- 2 – São competências do Conselho Profissional e Deontológico:
  - a) Exercer o poder disciplinar sobre os membros nos termos previstos no capítulo VI do presente Estatuto;
  - b) Elaborar propostas de alteração do código deontológico nos termos do capítulo III do presente Estatuto;
  - c) Emitir pareceres sobre questões profissionais e deontológicas sobre as quais seja consultado por outros órgãos da Associação;
  - d) Resolver conflitos que possam existir no seio da Associação;
  - e) Emitir parecer sobre a atribuição da cédula profissional de Geólogo e do título de Geólogo Europeu, a atribuir pela Federação Europeia de Geólogos (FEG), sempre que solicitado pelo Conselho Directivo.
- 3 – O Conselho Profissional e Deontológico reúne sempre que convocado pelo seu Presidente.

**CAPÍTULO V**  
Exercício da profissão

**Artigo 25.º**  
Profissão de Geólogo

- 1 – O exercício da profissão de Geólogo depende da formação académica de nível superior num mínimo de 180 ECTS ou 100 UC na área científica da Geologia, atribuída em qualquer instituição de ensino superior portuguesa ou estrangeira, reconhecida oficialmente em Portugal.
- 2 – Para o exercício da profissão de Geólogo é necessária a obtenção da respectiva cédula profissional.
- 3 – Para efeitos do presente Estatuto consideram-se actividades profissionais no domínio da Geologia as que versam sobre:
  - a) Estudo, identificação e classificação dos materiais e processos geológicos, assim como dos resultados destes processos;

- b) Estudo, identificação e classificação de fósseis;
- c) Investigação, desenvolvimento e controlo de qualidade dos processos e materiais geológicos aplicados à indústria, à construção, à exploração de recursos, à agricultura, ao meio ambiente e serviços;
- d) Estudos geológicos, geoquímicos, petrográficos, mineralógicos e outras técnicas aplicáveis a materiais geológicos;
- e) Elaboração de cartografias geológicas e temáticas relacionadas com as Ciências da Terra;
- f) Assessoria científica e técnica sobre temas geológicos;
- g) Produção, transformação, manipulação, conservação, identificação e controlo de qualidade de recursos geológicos e geomineiros;
- h) Projectos e direcção de trabalhos de reconhecimento, inventariação e caracterização de recursos geológicos;
- i) Direcção e realização de projectos de perímetros de protecção de investigação e aproveitamento de águas minerais, termais e abastecimento a populações ou complexos industriais;
- j) Identificação, estudo e controlo dos fenómenos geológicos que afectem a conservação do meio ambiente e as estruturas construídas;
- k) Organização e direcção de espaços naturais protegidos, qualquer que seja o seu grau de protecção, parques geológicos e museus e centros de ciência;
- l) Colaboração em estudos de impacte ambiental;
- m) Colaboração na elaboração de planos e projectos de recuperação de espaços afectados por actividades extractivas;
- n) Colaboração em estudos e projectos de dimensionamento de construção e selagens de aterros de resíduos sólidos e urbanos e depósitos de segurança de resíduos industriais e radioactivos;
- o) Estudo, avaliação, protecção e divulgação do património geológico;
- p) Educação geológica. Geologia educativa e recreativa;
- q) Ensino da Geologia em todos os níveis;
- r) Estudos e projectos hidrogeológicos para investigação, prospecção, captação, controlo, exploração e gestão dos recursos hídricos;
- s) Estudos oceanográficos;
- t) Estudos geológicos relacionados com a dinâmica litoral e a regeneração de praias;
- u) Estudos do terreno em obras de construção civil para a sua caracterização geológica;
- v) Elaboração de estudos, anteprojectos e projectos de Geologia de Engenharia;
- w) Controlo de qualidade dos processos e metodologias de caracterização geológica de terrenos;
- x) Direcção técnica e supervisão de sondagens de reconhecimento, amostragem ensaios *in situ* e de laboratório;
- y) Direcção técnica e supervisão e acompanhamento de campanhas de investigação de campo para a caracterização geológica de terrenos em estudos prévios, anteprojectos e projectos de construção civil;
- z) Estudos e projectos sísmicos e de prospecção geofísica para a caracterização geológica de terrenos;
- aa) Estudos de riscos geológicos e naturais;
- bb) Direcção e redacção de estudos geológicos e ambientais para planos de ordenamento do território;
- cc) Estudos e projectos de teledetecção e sistemas de informação geográfica aplicados à Geologia;
- dd) Geologia planetária;
- ee) Todas as actividades profissionais que tenham relação com a Geologia e as Ciências da Terra.

## **CAPÍTULO VI**

### **Responsabilidade disciplinar**

#### **Artigo 26.º**

##### **Acção disciplinar**

- 1 – Os Geólogos estão sujeitos à jurisdição disciplinar dos órgãos da Associação nos termos previstos no presente Estatuto e nos respectivos Regulamentos.
- 2 – Comete infracção disciplinar o Geólogo que, por acção ou omissão, violar dolosa ou negligentemente alguns dos deveres fixados no presente Estatuto e nos respectivos Regulamentos.
- 3 – A acção disciplinar é independente da eventual responsabilidade civil ou criminal.

#### **Artigo 27.º**

##### **Competência disciplinar**

- 1 – O exercício do poder disciplinar compete ao Conselho Profissional e Deontológico, salvo o disposto no número seguinte.
- 2 – O exercício do poder disciplinar relativo aos membros do Conselho Profissional e Deontológico compete a este órgão em conjunto com a Assembleia de Representantes.

#### **Artigo 28.º**

##### **Instauração do processo disciplinar**

- 1 – O processo disciplinar é instaurado mediante decisão do Conselho Profissional e Deontológico.
- 2 – Os tribunais e demais autoridades públicas devem dar conhecimento à Associação da prática por Geólogos de actos susceptíveis de constituírem infracção disciplinar.
- 3 – O Ministério Público e as demais entidades com poderes de investigação criminal devem dar conhecimento à Associação das participações apresentadas contra Geólogos, por actos relacionados com o exercício da profissão.

#### **Artigo 29.º**

##### **Prescrição do processo disciplinar**

- 1 – O procedimento disciplinar prescreve no prazo de três anos sobre a prática da infracção, salvo o disposto no número seguinte.
- 2 – O procedimento disciplinar de titulares de órgãos da Associação prescreve no prazo de três anos sobre a cessação das respectivas funções.
- 3 – As infracções disciplinares que constituem simultaneamente ilícito penal prescrevem no mesmo prazo que o procedimento criminal, quando este for superior.
- 4 – A responsabilidade disciplinar permanece durante a período de suspensão como membro da Associação e não cessa pela demissão de membro da Associação, relativamente a factos anteriormente praticados.

#### **Artigo 30.º**

##### **Penas**

1 – As penas disciplinares são as seguintes:

- a) Advertência;
- b) Censura;
- c) Suspensão até seis meses;
- d) Suspensão de seis meses a um ano;
- e) Suspensão de um a cinco anos.

2 – A pena prevista na alínea c) do nº 1, só pode ser aplicada por infracção disciplinar que configure negligência grave ou de acentuado desinteresse pelo cumprimento dos deveres profissionais consagrados nos artigos 13.º, 14.º e 15.º, da qual não resultem consequências graves para o ambiente e para a segurança.

3 – A pena prevista na alínea d) só pode ser aplicada por infracção disciplinar que afecte gravemente a dignidade e prestígio profissional do Geólogo

4 – A pena prevista na alínea e) do nº 1 é aplicável quando tenha sido cometida infracção disciplinar que também constitua crime punível com pena de prisão superior a dois anos, ou em caso de reincidência da infracção referida no número anterior.

### **Artigo 31.º**

Escolha e medida da pena

A escolha e medida da pena são feitas em função da culpa do arguido, tendo em conta a gravidade e as consequências da infracção, os antecedentes profissionais e disciplinares e as demais circunstâncias da infracção.

### **Artigo 32.º**

Instrução

1 – A instrução do processo disciplinar compreende as diligências necessárias ao apuramento da verdade material, devendo o relator remover os obstáculos ao seu regular e rápido andamento e, sem prejuízo do direito de defesa, recusar o que for inútil ou dilatatório.

2 – Até ao despacho de acusação o processo é secreto.

### **Artigo 33.º**

Termo de instrução

1 – Finda a instrução, o relator profere despacho de acusação ou emite parecer fundamentado em que conclua no sentido do arquivamento do processo.

2 – Não sendo proferido despacho de acusação, o relator apresenta o parecer na primeira reunião do Conselho Profissional e Deontológico, a fim de ser deliberado o arquivamento do processo ou determinado que o mesmo prossiga com a realização de diligências suplementares ou com o despacho de acusação, podendo neste último caso ser designado novo relator.

### **Artigo 34.º**

Despacho de acusação

1 – O despacho de acusação deve indicar a identidade do arguido, os factos imputados e as circunstâncias que foram praticados, as normas legais e regulamentares infringidas, a prova e o prazo para a apresentação de defesa.

2 – O arguido é notificado da acusação pessoalmente ou por carta registada com aviso de recepção, com a entrega da respectiva cópia.

### **Artigo 35.º**

#### **Defesa**

- 1 – O prazo para apresentação de defesa é de vinte dias.
- 2 – O arguido pode nomear para a sua defesa um representante especialmente mandatado para esse efeito.
- 3 – A defesa deve expor clara e concisamente os factos e as razões que a fundamentam.
- 4 – Com a defesa deve o arguido apresentar o rol de testemunhas, juntar documentos e requerer as diligências necessárias para o apuramento dos factos relevantes.
- 5 – Não podem ser apresentadas mais de cinco testemunhas por cada facto, não podendo o total delas exceder vinte.

### **Artigo 36.º**

#### **Alegações**

Realizadas as diligências a que se refere o artigo anterior e outras que sejam determinadas pelo relator, o interessado e o arguido são notificados para alegarem por escrito no prazo de vinte dias.

### **Artigo 37.º**

#### **Julgamento**

- 1 – Finda a instrução, o processo é presente ao Conselho Profissional e Deontológico para julgamento, sendo lavrado e assinado o respectivo acórdão.
- 2 – As penas de suspensão superiores a um ano só podem ser aplicadas mediante decisão que obtenha dois terços dos votos de todos os membros do Conselho Profissional e Deontológico.
- 3 – Das deliberações do Conselho Profissional e deontológico cabe recurso para a Assembleia de Representantes.

### **Artigo 38º**

#### **Notificação do acórdão**

- 1 – Os acórdãos finais são imediatamente notificados ao arguido e aos interessados nos termos do nº 2 do artigo 34.
- 2 – O acórdão que aplicar pena de suspensão é também notificado à entidade empregadora do infractor.

### **Artigo 39.º**

#### **Processo de inquérito**

- 1 – Pode ser ordenada a abertura de processo de inquérito sempre que não esteja concretizada a infracção, ou não seja conhecido o seu autor, e quando seja necessário proceder a averiguações destinadas ao esclarecimento dos factos.
- 2 – O processo de inquérito regula-se pelas normas aplicáveis ao processo disciplinar em tudo o que não esteja especialmente previsto.

**Artigo 40.º**

**Termo de instrução em processo de inquérito**

- 1 – Finda a instrução, o relator emite um parecer fundamentado em que propõe o prosseguimento do processo como disciplinar ou a ser arquivamento, consoante considere existirem ou não indícios suficientes das práticas de infracção disciplinar.
- 2 – O relator apresenta o seu parecer em reunião do conselho profissional e deontológico, que delibera no sentido de o processo prosseguir como disciplinar, ser arquivado ou serem realizadas diligências complementares.
- 3 – Caso o parecer não seja aprovado, pode ser designado novo relator de entre os membros que façam vencimento.

**Artigo 41.º**

**Execução das decisões**

- 1 – Compete ao Conselho Directivo dar execução às decisões disciplinares.
- 2 – O cumprimento da pena de suspensão tem início a partir do dia da respectiva notificação.
- 3 – Se à data do início da suspensão estiver suspensa ou cancelada a inscrição do arguido, o cumprimento da pena de suspensão tem início a partir do dia imediato àquele em que tiver lugar o levantamento da suspensão da inscrição, ou a reinscrição, ou a partir do termo da execução da data em que termina a execução da anterior pena de suspensão.

**Artigo 42.º**

**Revisão**

- 1 – As decisões disciplinares definitivas podem ser revistas a pedido do interessado, com fundamento em novos factos ou novas provas, susceptíveis de alterarem o sentido daquelas, ou quando outra decisão definitiva considerar falsos elementos de prova determinantes da decisão a rever.
- 2 – A concessão de revisão depende de deliberação pela maioria absoluta dos membros do órgão que proferiu a decisão disciplinar.

**CAPÍTULO VII**

**Receitas e despesas**

**Artigo 43.º**

**Receitas**

Constituem receitas da Associação:

- a) Jóias de inscrição e quotas;
- b) Subsídios, doações, heranças ou legados;
- c) O produto de venda de publicações editadas;
- d) Os resultados da realização das actividades promovidas pela Associação;
- e) Os rendimentos de bens que lhe estejam afectos;
- f) Os juros de conta de depósitos.

**Artigo 44.º**

Despesas

Constituem despesas da Associação:

- a) Todas as decorrentes do exercício das suas atribuições, actividades e iniciativas, consoante as deliberações do Conselho Directivo, de harmonia com o presente Estatuto, Regulamentos e decisões da Assembleia Geral e da Assembleia de Representantes;
- b) Os encargos da adesão da Associação a federações, confederações ou outros organismos;
- c) Todas as demais que lhe forem impostas pela lei vigente.

**CAPÍTULO VIII**

Normas transitórias

**Artigo 45.º**

Normas transitórias

- 1 – O presente Estatuto entra em vigor imediatamente após a sua aprovação e cumprimento das disposições legais aplicáveis.
- 2 – Os órgãos actuais mantêm-se em funções até à realização de novas eleições, que deverão ter lugar nos 90 dias subsequentes à entrada em vigor do presente Estatuto.
- 3 – A reclassificação dos membros para os diferentes tipos constantes no Artigo 4.º deste Estatuto é da responsabilidade da Comissão Directiva.